

## **Resumo: Application Instituting Proceedings - Terrorism Financing and Racial Discrimination in Ukraine – (*Ukraine v. Russian Federation*)**

*Felipe Jacques Berger*

### **I - Introdução**

Em 24 de agosto de 1991, a Ucrânia proclamou sua independência da União Soviética. Subsequentemente, a Federação Russa se comprometeu a respeitar a soberania ucraniana e sua independência dentro de suas fronteiras. Ao longo da última década, contudo, uma nova geração de líderes russos têm voltado no tempo, caracterizando a dissolução da União Soviética como "a maior catástrofe geopolítica do século XX" e almejando à restauração da dominância russa sobre seus vizinhos. Desde então, a Ucrânia se tornou o alvo de uma crescente campanha russa de interferência e agressão. Após a Revolução Laranja (2004), na qual o povo ucraniano, de forma pacífica e bem sucedida, demandou o direito de escolher seus líderes em eleições livres e justas, o país foi sujeito a cada vez maiores níveis de pressão e intimidação por parte do país vizinho. Quebrando sua promessa prévia de respeito à igualdade soberana e à integridade territorial da Ucrânia, a Federação Russa tem buscado restaurar sua dominância através de seu poder político, econômico e, em última instância, militar.

Uma fonte considerável do antagonismo russo durante esse período é a aproximação da Ucrânia com a União Europeia, um objetivo duradouro de sua política externa. Diante da disposição ucraniana de assinar um histórico Acordo de Associação com a União Europeia em 2013, a Federação Russa reagiu ameaçando destruir a economia da Ucrânia através de restrições comerciais unilaterais punitivas, retendo a oferta de combustível durante o inverno rigoroso e questionando sua integridade territorial. Quando o presidente ucraniano Viktor Yanukovich cedeu a essa pressão extrema, cidadãos foram às ruas em massa para relembrar seus líderes que o povo ucraniano escolhera um futuro europeu e que o governo deveria responder ao seu povo, e não aos mandos de potências estrangeiras. Em resposta, o Presidente Yanukovich reprimiu brutalmente os protestos, resultando no assassinato de mais de 100 manifestantes desarmados nos entornos da *Maidan Nezalezhnosti*, a Praça da Independência de Kiev. A Federação Russa apoiou Yanukovich com suprimentos financeiros e bélicos - incluindo equipamentos de combate utilizados contra os manifestantes. Apesar disso, o desejo da nação ucraniana falou mais alto e o apoio a Yanukovich esvaneceu, levando-o a abandonar o posto e procurar asilo em território russo. A chamada "Revolução da Dignidade" prevalecera.

A Federação Russa se recusou a aceitar a renovada afirmação da independência ucraniana. Ao contrário, ela interferiu na Ucrânia de formas ainda mais perigosas, intervindo militarmente no país, financiando atos de terrorismo e violando os direitos humanos de milhões de cidadãos ucranianos – incluindo o direito à vida.

No leste da Ucrânia, a Federação Russa instigou e amparou uma insurreição armada contra a autoridade do Estado ucraniano através do fornecimento sistemático de armas pesadas, dinheiro, pessoal, treinamento e outros tipos de suporte a grupos armados ilegais. Não somente contra as autoridades ucranianas, essa assistência foi utilizada para a condução de ataques terroristas devastadores, como a derrubada do Voo Malaysian Airlines MH17, a bordo do qual estavam 298 civis inocentes. Uma área residencial densamente povoada na cidade portuária de Mariupol foi alvo de bombardeios. Um ônibus de passageiros transportando civis foi alvejado próximo a Volnovakha. Um protesto pacífico e patriótico em Kharkiv foi bombardeado. Através da Ucrânia, civis sofreram enquanto a Federação Russa e seus mandatários tentavam obter concessões. O patrocínio da Federação Russa a essa campanha terrorista brutal na Ucrânia despreza deliberadamente princípios fundamentais do Direito Internacional, incluindo aqueles dispostos na Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (Convenção do Financiamento do Terrorismo).

Na República Autônoma da Crimeia e na cidade de Sevastopol', a Federação Russa violou descaradamente a Carta das Nações Unidas, tomando uma parte do território soberano da Ucrânia através de força militar. Em uma tentativa de legitimar seu ato de agressão, a Federação Russa estabeleceu às pressas um referendo ilegal em meio a um clima de violência e intimidação contra grupos étnicos não-russos. Fundamentando-se no referendo, a Federação Russa continuou a implementar uma política de perseguições e supressões de comunidades consideradas opositoras do regime. O resultado foi uma campanha para destruir as singulares culturas de ucranianos étnicos e do povo Tártaro na Crimeia, através de uma ampla variedade de atos discriminatórios. Os líderes e instituições dessas comunidades foram perseguidos e muitos deles foram forçados ao exílio fora da Crimeia. Essas comunidades foram vítimas de sequestros, assassinatos e revistas/detenções arbitrárias - até seus idiomas estão sendo atacados. Ainda, aqueles que permaneceram na Crimeia foram forçados a adotar cidadania russa. Essa campanha deliberada de destruição cultural, iniciando com a invasão e o referendo e continuando até os dias atuais, violam a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD).

A agressão ilegal da Federação Russa à Ucrânia resultou em milhares de mortes de civis e no deslocamento de aproximadamente dois milhões de pessoas. Como estabelecido nessa Petição, ela também resultou em uma série de violações flagrantes a obrigações de tratados assinados pela Federação Russa - violações nas quais civis foram as vítimas primárias. Esses ataques ao povo ucraniano, e, mais além, ao mundo, demanda responsabilização perante o direito internacional. Quando a Rússia ratificou a Convenção do Financiamento do Terrorismo e a CERD, ela concordou em submeter disputas sob o escopo desses tratados à jurisdição desta Corte. A Ucrânia busca estabelecer com este caso a responsabilidade internacional da Federação Russa pela violação às referidas Convenções e objetiva obter reparação para as vítimas que sofreram as consequências do comportamento ilegal do referido país.

## **II - Jurisdição da Corte**

A Corte Internacional de Justiça possui jurisdição sob "todas as matérias previstas especificamente em tratados e convenções em vigor". O caso em questão concerne a interpretação e aplicação de duas convenções: a Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (CISFT) e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD). Os conflitos envolvendo a CERD não serão abordados neste resumo.<sup>1</sup> Ambos os Estados em litígio ratificaram ambas as convenções e concordaram com a cláusula compromissória, não manifestando nenhuma reserva.

### **Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (CISFT)**

Conforme o Art. 24(1)/CISFT:

"Qualquer controvérsia entre dois ou mais Estados Partes envolvendo a interpretação ou aplicação da presente Convenção que não possa ser resolvida por meio de negociação em tempo razoável será, a pedido de um deles, submetida a arbitragem. Se, no prazo de seis meses a contar da data da solicitação de arbitragem, as partes não acordarem sobre a organização da arbitragem, qualquer daquelas partes poderá encaminhar a controvérsia à Corte Internacional de Justiça, por meio de requerimento, em conformidade com o Estatuto da Corte."

A Ucrânia clama ter protestado as múltiplas violações russas à CISFT por mais de dois anos. Desde o início, a Ucrânia se esforçou em tentar dialogar com a Federação Russa – foram mais de 40 notas diplomáticas e ao menos quatro rounds de negociação bilateral. Ao longo desse processo, a Federação Russa deu pouca atenção à situação, clamando não haver nenhuma irregularidade com relação à CISFT e se recusando a negociar significativamente a prática do financiamento de atividades terroristas. Em abril de 2016, a Ucrânia finalmente tentou levar o caso a uma arbitragem, entretanto, houve grande morosidade por parte da Federação Russa em responder se haveria disponibilidade para tal. Após novas tentativas ucranianas respondidas com recusas de comunicação ou atrasos da Federação Russa, a Ucrânia traz, por fim, o caso à Corte.

## **III – Fatos**

---

<sup>1</sup> A petição inicial da Ucrânia pode ser encontrada na íntegra em <http://www.icj-cij.org/docket/files/166/19314.pdf> ou [www.iusgentium.ufsc.br](http://www.iusgentium.ufsc.br).

## **A. A Virada Ucraniana em Direção à Europa, a Revolução da Dignidade e a Intervenção Ilegal da Federação Russa**

Desde a dissolução da União Soviética, a Federação Russa se comprometeu internacionalmente a respeitar a soberania e integridade territorial ucraniana. Um desses comprometimentos foi o Memorando de Budapeste (1994), assinado entre Ucrânia, Federação Russa, Reino Unido e Estados Unidos, por meio do qual a Ucrânia concordava em desarmar suas armas nucleares soviéticas e transferi-las para a Federação Russa, que em contrapartida concordava em respeitar a soberania e integridade territorial ucraniana, bem como em não ameaçar usar a força, usar a força ou coagir economicamente o país.

Contudo, o discurso mudou a partir de 1999, com a eleição de Vladimir Putin ao cargo de Primeiro Ministro – e posteriormente presidente – da Federação Russa: a partir de então, o país voltou a proclamar as ex-repúblicas socialistas soviéticas como zonas de interesse, tentando reestabelecer uma relação de dominância. Em 2004, por sua vez, a Rússia apoiou abertamente o candidato Viktor Yanukovych à presidência - entretanto, a eleição foi fraudada e a concomitante Revolução Laranja (2004) elevou ao cargo de presidente o candidato pró-ocidente Viktor Yuschenko.

Com Yuschenko e a aproximação com a União Europeia, a Federação Russa intensificou sua busca por hegemonia sobre a Ucrânia - é notável que em 2005 Putin descreveu a dissolução da URSS como o "maior desastre geopolítico do século XX". Nos invernos de 2006 e 2009, por sua vez, a Federação Russa cortou o suprimento de combustível nos gasodutos que atravessam a Ucrânia, afetando uma série de outros países do Leste Europeu dependentes do mesmo durante a estação.

Em 2010, Viktor Yanukovych, candidato pró-Rússia, venceu as eleições para a presidência da Ucrânia. De qualquer maneira, a aproximação com a União Europeia continuou, até que em 2012 iniciaram-se as negociações do Acordo de Associação, por meio do qual a Ucrânia ascenderia à União Europeia. Até fevereiro de 2013, Yanukovych permanecia firme em assinar o acordo.

A resposta russa foi iniciar uma guerra comercial com a Ucrânia, estabelecendo, na prática, um embargo contra o país - que seria reinstaurado caso as negociações com a União Europeia continuassem. Não somente, a Federação Russa ameaçou novamente o corte de suprimentos de combustível e falou-se em consequências à segurança e integridade territorial da Ucrânia, pressionando o governo do país.

Em novembro de 2013, prestes a estabelecer uma série de reformas constitucionais, judiciais e eleitorais precedentes em uma semana à assinatura do Acordo de Associação, Yanukovych cede à pressão russa e nega-se a assinar o acordo. A guinada brusca de política externa gerou uma massiva onda de protestos através da Ucrânia, que viria a ser conhecida como a Revolução da Dignidade. Contrários à interferência russa na Ucrânia e aos líderes que desrespeitam seus desejos, dezenas de milhares de ucranianos protestaram na Praça da Independência em Kiev. Nos meses seguintes, os protestos alcançariam centenas de milhares de manifestantes.

A resposta de Yanukovych foi repressão brutal: manifestantes foram de início dispersados pela Berkut, uma força policial especial, e até fevereiro de 2014 mais de 100 civis teriam sido mortos nas repressões. Durante esse tempo, o governo de Yanukovych manteve-se próximo a Putin, sendo altamente criticado pela comunidade internacional. Em 21 de fevereiro de 2014, Yanukovych abandona o cargo e foge para a Rússia, enquanto a Ucrânia, sob um governo provisório nomeado pelo parlamento, prepara eleições para o fim de maio.

Como resposta a essa perda de influência russa em uma das chamadas "zonas de influência", a Federação Russa, em 20 de fevereiro de 2014, promove uma invasão militar à Crimeia, desrespeitando o reconhecimento prévio da soberania e integridade territorial ucraniana. Ao longo de uma semana, forças militares sem identificação nacional tomaram prédios oficiais, bases militares, aeroportos e veículos midiáticos na Crimeia e na cidade de Sevastopol'. Posteriormente, Putin viria a assumir a autoria da invasão e o uso de soldados russos na operação.

A tomada autoritária da Crimeia foi então oficializada pela elaboração de um referendo – inconstitucional conforme a constituição ucraniana e condenado pela Organização das Nações Unidas – demonstrando apoio popular à anexação da península à Rússia. Até os dias de hoje, a Federação Russa mantém controle de fato e a administração da região, na qual estabelece um regime de perseguição cultural e discriminação às etnias ucranianas e tártaras que ali habitam.

No outono de 2014, a Federação Russa ainda instigou conflitos e instabilidade no Leste Ucraniano – especificamente nas regiões de Donetsk, Lugansk e Kharkiv. Atuando através de mandatários ao invés do uso da técnica do controle direto, divulgou-se por meio de grupos locais a visão putinista de que aquela região da Ucrânia deveria ser tratada como "Novorossiya": Nova Rússia. Com o fornecimento russo de equipamentos militares, armas, dinheiro, treinamento, pessoal e apoio, os grupos mandatários - notadamente a República Popular de Donetsk (RPD), a República Popular de Lugansk (RPL) e os Partidários da República Popular de Kharkiv (Partidários de Kharkiv) - obtiveram controle de território no leste da Ucrânia e abalaram a ordem constitucional por meio de atentados e da tomada de prédios oficiais.

## **B. O Patrocínio Russo ao Terrorismo na Ucrânia**

### **1. O Fornecimento Russo de Armas, Financiamento e Treinamento com o Conhecimento de que seus Mandatários Atacariam Civis**

A partir de março de 2014, grupos armados tomaram o controle da fronteira leste da Ucrânia com o apoio da Federação Russa. Com a Ucrânia sem a capacidade para controlar sua própria fronteira, a Rússia pôde contrabandear armas, equipamentos, fundos e militantes treinados para os referidos grupos armados. Em parte, esse apoio foi utilizado em ataques terroristas que buscavam pressionar o

governo ucraniano através da violência contra civis. Apesar de todas as evidências apontarem para o uso do terrorismo como uma tática destes grupos, o apoio russo apenas se intensificou.

A República Popular de Donetsk (RPD) e a República Popular de Lugansk (RPL) emergiram como os dois grupos armados principais operando na Ucrânia. Funcionam como mandatários da Federação Russa e operam criticamente por conta de seu apoio e assistência, desafiando a Ucrânia e o direito internacional com atos de terrorismo, violência e desrespeito aos direitos humanos.

Desde a sua concepção, os grupos armados associados com a RPD e a RPL praticavam o ataque e intimidação de civis. Relatórios de monitores das Nações Unidas e de direitos humanos apontaram para o grande crescimento na violência contra aqueles que apoiam a integridade territorial ucraniana ou aqueles que abertamente se opõem às ditas "Repúblicas Populares". Não somente, foram reportados numerosos sequestros, tomadas de reféns e tortura de civis. Por exemplo, quando a RPD tomou controle do edifício da Administração Estatal Regional em Donetsk em 4 de maio de 2014, dois vereadores, alguns sindicalistas e outros civis foram torturados e gravemente feridos. Terroristas também atiraram em um padre ortodoxo em seu veículo em Donetsk, e em um casal com uma filha em Lugansk. Em 8 de maio, o corpo carbonizado de Valeriy Salo, um fazendeiro e chefe de uma organização cultural local pró-Ucrânia, foi encontrado um dia depois de seu desaparecimento. Em 18 de maio, um grupo associado à RPD executou um fazendeiro idoso em um vilarejo próximo a Slovyansk. Durante o mesmo período, monitores de direitos humanos da Organização das Nações Unidas documentaram uma tendência preocupante de grupos armados tomarem ativistas locais como reféns por recompensas ou concessões políticas. Exemplos suplementares de violência terrorista perpetrada pela RPD e pela RPL abundam: pode-se citar o sequestro, tortura e assassinato de Volodomyr Rybak, vereador da cidade de Horlivka que sofreu tal violência por tentar hastear uma bandeira ucraniana no mastro da prefeitura, em sinal de apoio ao governo central. Seu corpo foi encontrado dias depois em um rio, juntamente com o de Yuriy Popravko, ativista de 19 anos de Kiev. Áudios interceptados demonstram que RPD foi a autora do atentado.

Tais atos e atentados cometidos pela RPD e pela RPL pouco diminuíram o apoio russo – muito pelo contrário, ele se intensificou. Imagens de satélite mostram que, a partir de março de 2014, a Federação Russa passou a concentrar equipamento militar e soldados na fronteira com a Ucrânia - aeronaves, helicópteros, tanques, artilharia, veículos anti-infantaria e forças especiais. O serviço de inteligência da Holanda também apontou que os recursos concentrados no oeste russo, próximo à fronteira com a Ucrânia, estavam sendo repassados aos grupos armados de Donetsk e Lugansk. Com a tomada e o controle de regiões de fronteira, em maio e junho de 2014, pela RPD e pela RPL (com o apoio de soldados russos), o contrabando e fornecimento de material de apoio se intensificou.

Em junho e julho de 2014, enquanto a Ucrânia estabelecia operações antiterroristas, o apoio e fornecimento de equipamentos russos se intensificou. Monitores da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)

identificaram um carregamento militar de tanques de guerra e veículos de transporte de tropas armadas indo da Rússia para Donetsk e Lugansk. Ao longo do mês seguinte, a OSCE reportou o movimento de uma quantia significativa de hardware militar se movimentando ao longo da fronteira russo-ucraniana, incluindo uma coluna de tanques, artilharia e lança-foguetes. Desde então, o apoio só cresceu: entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015 a Federação Russa supriu no mínimo 700 unidades de hardware militar aos grupos armados, incluindo 135 tanques, 70 veículos anti-infantaria, 75 APCs (tanques especializados no transporte de infantaria) e 37 lança-foguetes múltiplos. Tudo somado, o poderio militar da RPD e da RPL se equiparam ao de vários países europeus somados.

## **2. O Ataque ao Voo Malaysian Airlines MH17**

Em julho de 2014, a Federação Russa forneceu às forças da RPD um sistema de mísseis Buk, utilizado pelo grupo armado para derrubar um avião da Malaysian Airlines em trânsito no espaço aéreo ucraniano, matando 298 civis. O avião era um Boeing 777-200 em trânsito de Amsterdã para Kuala Lumpur em 17 de julho de 2014, uma linha bastante frequente, em uma altitude reservada ao tráfego de aviões civis. Conforme investigações promovidas pelo Comitê de Segurança Holandês, o avião foi abatido às 16h20 (horário local) por um míssil de série 9M38 lançado por um Sistema Buk próximo à localidade de Snizhne, Ucrânia. Um investigação conjunta entre Ucrânia, Holanda, Malásia, Bélgica e Austrália chegou à mesma conclusão e conseguiu identificar o exato local de lançamento do míssil: uma região sob total controle da RPD.

Investigadores descartaram uma gama de outras hipóteses: erro humano, pane técnica, sabotagem proveniente do interior da aeronave e ataques por algum outro tipo de arma ou vindo de outra localidade. As evidências apontam apenas para um Sistema Buk ativado em Snizhne pelas forças da RPD, que atacaram um avião de características claramente civis.

Esse ataque terrorista foi cometido com o apoio direto do governo russo, visto a RPD ter especificamente requerido um Sistema Buk à Rússia. Durante a noite de 16-17 de julho de 2014, agentes russos transportaram clandestinamente o Sistema Buk do território da Federação Russa para o Oblast<sup>2</sup> de Lugansk, na Ucrânia, a aproximadamente 117 km da base aeronáutica russa de Millerovo. Testemunhas flagraram o Sistema Buk em transporte várias vezes no caminho entre a Federação Russa e Snizhne, onde seria usado para destruir o Voo MH17.

Depois do ataque, a RPD devolveu o Sistema Buk à Federação Russa. Quando ele foi flagrado no retorno ao país de origem, testemunhas o flagraram com ao menos um míssil faltante. Não há evidências de que a Federação Russa tenha investigado, detido ou punido aqueles que apoiaram esse ato terrorista. De início, líderes da RPD – como o seu comandante-chefe, Igor Girkin -clamaram a autoria do ataque. Apenas

---

<sup>2</sup> Um Oblast é, a grosso modo, uma unidade federativa equivalente a um estado no Brasil.

depois de toda a ampla condenação internacional ao ataque que a RPD tentou encobrir o seu papel de autor desse atentado.

Quando a Federação Russa entregou esse sistema de mísseis devastador à RPD, ela sabia precisamente o tipo de organização que estava apoiando. Líderes autoproclamados da RPD como Girkin e Bezler já estavam governando com um regime de terror no leste ucraniano, o que se viu com o assassinato de civis a favor de uma Ucrânia unida. O governo russo sabia ou deveria saber que seus mandatários usariam esses poderosos equipamentos antiaéreos de maneira consistente com seu prévio descaso quanto à vida de civis.

De fato, em 21 de julho de 2014, dias depois do ataque, o presidente russo Vladimir Putin declarou que "todos aqueles responsáveis pela situação na região devem ser responsabilizados perante seu próprio povo e perante as nações das vítimas desse desastre". Contudo, não há evidência de que a Federação Russa tenha se responsabilizado perante qualquer povo por apoiar esse terrível ato terrorista.

### **3. Tiroteios contra a População Civil Ucraniana**

A tragédia do Voo MH17 tornou claro que a RPD e seus grupos associados valer-se-iam de armas e equipamentos de fornecimento russo para ataques contra civis. Ainda assim, apesar das consequências fatais de seu apoio, a Federação Russa não somente falhou em investigar e punir o financiamento do terrorismo na Ucrânia, ela também continuou a fornecer armas pesadas a seus mandatários (incluindo a RPD), sem dúvidas ciente de que mais civis poderiam ser vítimas de atentados terroristas como resultado.

Em 13 de janeiro de 2015, grupos armados ilegais associados com a RPD iniciaram um bombardeio de artilharia contra a população civil ucraniana, utilizando armas e treinamento fornecidos pela Federação Russa<sup>3</sup>. A RPD alvejou um ponto de inspeção de veículos civis (o "Ponto de Inspeção Buhas") localiado a aproximadamente dois quilômetros ao norte da cidade ucraniana de Volnovakha. O Ponto de Inspeção Buhas regulava o tráfego civil entre o governo e o território controlado pela RPD. A qualquer momento, era comum que centenas de veículos civis estivessem presentes na área. Quando a RPD lançou seu ataque em Volnovakha, mais de cinquenta explosões distintas foram detonadas a intervalos de segundos entre si, afetando centenas de metros. Uma explosão lançou estilhaços de mísseis em direção a um ônibus de passageiros civis seguindo sua rota regular, atingindo a lateral do veículo e matando dez passageiros imediatamente. Dois outros faleceram a caminho do hospital devido aos ferimentos advindos do ataque – e outros 17 ficaram feridos.

Investigações da OSCE confirmaram a origem russa dos equipamentos utilizados no atentado, e concluíram ser da RPD a autoria do mesmo. Nos meses anteriores a esse ataque, a Federação Russa havia suprido à RPD precisamente o

---

<sup>3</sup> Afirma-se na petição que ao menos 1.200 militantes foram treinados pela Federação Russa durante o conflito, surgindo em momentos cruciais dos embates.



tipo de arma empregado – um BM-21 Grad MLRS, um lança-foguetes múltiplo. Sobre isso, há confirmações em vídeo de um oficial da 9ª Brigada Independente de Rifles Motorizados afirmando o recebimento de instruções para o contrabando do referido equipamento e para o disfarce de símbolos de fábrica que identificariam a sua origem russa.

Em 24 de janeiro de 2015, pouco menos de duas semanas depois do ataque ao ônibus de Volnovakha, grupos armados ilegais associados à RPD e utilizaram equipamento russo similar para atacar uma área residencial na cidade litorânea ucraniana de Mariupol. Mariupol é uma cidade portuária estratégica situada na costa setentrional do Mar de Azov, e um obstáculo para o objetivo dos mandatários russos de conectarem seu território com a Crimeia. Em janeiro de 2015, a RPD lançou um bombardeio de grandes proporções na cidade. Ao menos 19 mísseis individuais foram detonados em uma área de 1.6km x 1.1km em Mariupol – uma vizinhança contendo um mercado aberto, construções civis, lojas de varejo, residências e uma escola. O ataque terrorista matou 30 civis e feriu outros 120, dentre os quais mulheres, crianças e idosos. O Secretário Geral para Assuntos Políticos da ONU determinou que os perpetradores "conscientemente atacaram uma população civil" e o Secretário Geral Ban Ki-moon condenou a atrocidade como "indiscriminada".

No mesmo dia do ataque, Aleksandr Zakahrchenko, o auto-entitulado "Primeiro Ministro" da RPD, assumiu a autoria da ofensiva em Mariupol. Uma investigação subsequente da OSCE confirmou que os ataques originaram de uma área controlada pela RPD. A investigação também estabeleceu que o ataque foi implementado com os mesmos mísseis lançados em Volnovakha, bem como com um outro sistema de lançamento de mísseis mais avançado (BM-27 Uragan MLRS). Autoridade ucranianas haviam, no passado, flagrado e confiscado unidades dos dois lança-mísseis sendo contrabandeadas na fronteira com a Federação Russa.

Apesar da condenação internacional ao ataque de Mariupol, a RPD e seus grupos armados associados continuaram a sua campanha de terror patrocinada pela Rússia. Em 10 de fevereiro de 2015, esses grupos lançaram mais um ao contra um grupo de civis na cidade de Kramatorsk. A RPD bombardeou uma área densamente povoada, na qual se localizam salões de beleza, bancos e cafés. O ataque matou sete civis e feriu gravemente outros 26 – dos quais cinco eram crianças. Novamente, uma investigação da OSCE associou a autoria do atentado à RPD e o suprimento de armas à Federação Russa.

#### **4. O Bombardeio de Civis em Cidades Ucranianas**

Terroristas financiados pela Rússia também cometeram ataques em cidades pacíficas da Ucrânia, longe dos embates no leste do país. Entre julho de 2014 e abril de 2015, Kharkiv, a segunda maior cidade da Ucrânia, foi atingida por uma série de bombardeios instigados pela Federação Russa e executados com assistência da mesma. Kharkiv se encontra a 40km da fronteira russa, e a aproximadamente 145km das regiões de Donetsk e Lugansk, onde as operações de combate ocorriam. A Organização das Nações Unidas reportou mais de 45 explosões na cidade de Kharkiv.

O autor de ao menos algum desses ataques – incluindo o mais catastrófico - foi uma organização terrorista chamada Partidários de Kharkiv, um grupo bastante próximo da Federação Russa e da RPD. A cidade de Odessa, importante porto na costa do Mar Negro, também sofreu uma onda de bombardeios.

Em 9 de novembro de 2014, membros dos Partidários de Kharkiv plantaram um explosivo na Stena Rock Club, uma casa noturna muito popular entre voluntários locais e ativistas a favor da unidade nacional da Ucrânia, localizada no centro da cidade. Durante a noite, a bomba foi detonada e feriu 13 civis, dois dos quais foram internados em estado grave. Os membros dos Partidários de Kharkiv responsáveis pelo ataque haviam sido treinados para tal na Federação Russa. Quando os perpetradores foram presos, oficiais ucranianos descobriram minas terrestres russas em sua posse.

Uma campanha de bombardeios se seguiu, incluindo a explosão de um vagão de carga em uma subestação de eletricidade. Em 9 de fevereiro de 2015, uma bomba foi detonada no escritório de um tabelião. O mais destrutivo dos bombardeios ocorreu em 22 de fevereiro de 2015, em uma passeata pacífica na cidade. Em seguida a um protesto homenageando o aniversário de um ano da Revolução da Dignidade e as mortes dos manifestantes assassinados nas demonstrações da Praça da Independência, 500 pessoas levaram a bandeira ucraniana até a Praça da Liberdade. Membros dos Partidários de Kharkiv detonaram uma bomba contendo TNT e detritos, ocultada em um saco plástico em frente à passeata. Três pessoas morreram - incluindo um adolescente de 15 anos e um policial ucraniano – e outras 15 ficaram feridas.

Ressalta-se que os perpetradores desses atentados receberam treinamento prévio em sabotagem na base militar russa de Belgorod, do outro lado da fronteira nas proximidades de Kharkiv. Não somente, os explosivos detonados em Kharkiv foram repassados por oficiais russos em pontos de coleta aos Partidários de Kharkiv.

## **5. A Recusa da Federação Russa em Cooperar com a Prevenção e Investigação do Financiamento do Terrorismo**

Não somente a Federação Russa ignorou sua obrigação de cooperar com a prevenção e investigação do financiamento do terrorismo, ela o incorporou como uma política estatal de atuação na Ucrânia. Além de falhar ao cooperar com a Ucrânia para evitar o financiamento por meio de cidadãos ou oficiais de governo russos, ela pouco fez para investigar as violações cometidas em seu território. Apesar de repetidos requerimentos de cooperação e auxílio com o respeito à CISFT, a Rússia se recusou a honrar seus compromissos para combater o financiamento do terrorismo.

Em outubro de 2014, a Ucrânia buscou a cooperação da Federação Russa em sua investigação de quatro oficiais suspeitos de financiamento do terrorismo: Sergei Kuzhegetovich Shoigu, o Ministro da Defesa da Federação Russa; Vladimir Volfovich Zhirinovskiy, Vice-Presidente do Parlamento; Sergei Mikhailovich Mironov, membro do Parlamento; e Gennadiy Andreyevich Zyuganov, membro do Parlamento. A Federação Russa falhou em responder adequadamente a esses pedidos, e

eventualmente respondeu apenas negando superficialmente as alegações. Contudo, o Sr. Zhirinovskiy admitiu fornecer equipamento militar aos grupos armados associados à RPL, e o autoproclamado líder da RPL agradeceu publicamente ao Sr. Mironov por seu apoio. Não somente, à luz das evidências significativas do papel do exército russo na transferência de armas e equipamentos aos terroristas na Ucrânia para o uso em ataques como a derrubada do Voo MH17, há ampla base para que se investigue o Ministro da Defesa. Posto simplesmente, a Federação Russa falhou em investigar ou cooperar de boa-fé com esses pedidos.

Consistentemente a esse padrão de não-cooperação, a Federação Russa também se recusou a assistir a Ucrânia na investigação de um grande número de militares e outros oficiais russos suspeitos de cumplicidade, sem dar qualquer sinal de conduzir investigações independentes. O mesmo vale para civis russos suspeitos de contrabando ilegal de armas para os grupos armados ilegais na Ucrânia. Mais de uma dúzia de pedidos de assistência legal ficaram pendentes na Rússia por mais de um ano, sem qualquer ação ou sequer resposta. A Federação Russa está simplesmente ignorando sua obrigação de cooperar em boa-fé com a prevenção e punição do financiamento do terrorismo.

Além disso, a Federação Russa também ignorou numerosos pedidos da Ucrânia para que impedisse uma operação de angariamento de fundos massiva, conduzida em seu território, em apoio ao terrorismo na Ucrânia. Diversos grupos estão levantando fundos para que grupos armados cometam terrorismo, valendo-se de bancos nacionais russos, como o Sberbank, o maior no país. A questão claramente não se dá por falta de técnica, visto que a agência já congelou 3.500 contas suspeitas de conexões terroristas em outros países. Apesar dos pedidos da Ucrânia para que tomasse ações similares com alvos especificados em instituições financeiras selecionadas, a Rússia não tomou ação alguma – nem ao menos respondeu os pedidos.

A Ucrânia também identificou indivíduos específicos presentes no território da Federação Russa que são responsáveis por angariar fundos para os grupos terroristas. Por exemplo, a Ucrânia pediu assistência com respeito a Olexandr Zhukovskiy, fornecendo informações a respeito de sua identidade e links para sua página em redes sociais contendo evidência fotográfica de seus esforços em apoio à RPD. A Federação Russa não tomou nenhuma ação quanto a isso por aproximadamente um ano, tempo durante o qual o Sr. Zhukovskiy postou fotografias de si mesmo em um evento no qual angariou 120.000,00 rublos para o RPD. A Federação Russa não somente falhou em prover assistência, mas negou que houvesse qualquer informação de que alguém chamado Sr. Zhukovskiy sequer existisse em seu território.

A recusa voluntária em cooperar de boa-fé é emblemática da estratégia geral de Federação Russa: denunciar o terrorismo e negar qualquer envolvimento com a Ucrânia, enquanto ao mesmo tempo direta e indiretamente financia o terrorismo com uma quase evidente política estatal. Mesmo quando suas obrigações internacionais a obrigam à cooperação na prevenção do financiamento do terrorismo, a Federação

Russa fez o oposto, patrocinando o terrorismo, rejeitando cooperação e acobertando atividades de financiamento do terrorismo em seu próprio território.

#### **IV. Bases Legais para as Alegações da Ucrânia**

O Art. 18 da CISFT requer que os Estados cooperem na prevenção do financiamento do terrorismo. Apesar disso, violando suas obrigações internacionais, a Federação Russa financia ativamente atos terroristas na Ucrânia.

Atos de terrorismo, conforme o conceito adotada pela CISFT, são definidos pelo Art. 2(1). Ataques numerosos perpetrados por grupos armados ilegais apoiados pela Federação Russa, incluindo a RPD, a RPL e os Partidários de Kharkiv, constituem atos de terrorismo conforme a definição dessa previsão legal.

O Art. 2(1)(a) da CISFT define "atos de terrorismo" como qualquer violação à Convenção de Montreal para a Supressão de Atos Ilegais contra a Segurança da Aviação Civil ("Convenção de Montreal"). O ataque devastador ao Voo Malaysian Airlines MH17, uma aeronave civil, viola o Art. 1 da Convenção de Montreal, que proíbe "ilegal ou intencionalmente . . . destruir uma aeronave em serviço.". O ataque foi, portanto, um ato de terrorismo conforme o Art. 2(1)(a) da CISFT.

O Art. 2(1)(b) da CISFT inclui no conceito de "ato de terrorismo" qualquer "ato intencionando causar mortes ou ferimentos graves a civis, ou a qualquer outra pessoa que não participe ativamente de hostilidades em uma situação de conflito armado, quando o propósito de tal ato, por sua natureza ou contexto, é de intimidar a população, ou de compelir um governo ou organização internacional a fazer ou deixar de fazer alguma ação.". Conforme a Convenção e princípios relacionados do direito internacional, ataques que diretamente objetivem civis, ou que são direcionados indiscriminadamente a áreas civis, constituem atos intencionando causar mortes ou ferimentos graves a civis. O ataque ao Voo MH17, uma aeronave possuindo todas as características comuns do tráfego civil, é um ato de terrorismo conforme o Art. 2(1)(b) além do Art. 2(1)(a). Os bombardeios mirados ou indiscriminados contra civis em Volnovakha, Mariupol e Kramatorsk, os bombardeiros através da cidade de Kharkiv, e ataques similares perpetrados por grupos armados ilegais apoiados pela Rússia na Ucrânia são também atos de terrorismo conforme o Art. 2(1)(b) da CISFT.

O Art. 2 da CISFT ainda define um ato proibido de financiamento de terrorismo como "direta ou indiretamente, ilegal e intencionalmente, fornecer ou recolher fundos com a intenção ou o conhecimento de que ele deveriam ser/serão usados, em todo ou em parte, para a execução de atos de terrorismo". Numerosos atos da Federação Russa, seus órgãos estatais, agentes, pessoas e entidades exercendo autoridade governamental, ao fornecer suporte material aos grupos armados ilegais cometendo terrorismo no leste da Ucrânia, constituem financiamento do terrorismo conforme o significado dado nesta Convenção.

O Art. 1(1) da CISFT define "fundos" de maneira ampla para incluir "bens de qualquer tipo". A Federação Russa supre entidades e indivíduos responsáveis por

atos terroristas na Ucrânia com assistência financeira direta, bem como contribuições in natura como armas pesadas, equipamento e treinamento.

A Federação Russa fornece essas armas e outras formas de assistência aos seus mandatários no leste ucraniano com a intenção ou conhecimento de que serão utilizados, em todo ou em parte, para a condução de atos terroristas. Desde o início das hostilidades no leste da Ucrânia, era aparente que esses grupos agiam com desprezo pela vida de civis, resultando em uma série de atrocidades. Conforme a CISFT, a Federação Russa é obrigada a bloquear e perseguir essas organizações. Ao contrário, a decisão russa de continuar a suprir essas organizações torna claro que ela intencionalmente e conscientemente apoia o terrorismo, a serviço do objetivo do governo russo de intimidar a população ucraniana e coagir decisões do governo da Ucrânia.

Conforme o Art. 18, a Federação Russa é obrigada a "cooperar com a prevenção" dos ilícitos de financiamento de terrorismo conforme definidos pelo Art. 2. Essa obrigação inclui "tomar todas as medidas práticas . . . para prevenir e enfrentar preparações em seu território para a comissão desses ilícitos". Longe de prevenir o financiamento do terrorismo, a Federação Russa financiou o terrorismo como uma política estatal. Essas ações são violações flagrantes do Art. 18 da CISFT.

A Federação Russa é também responsável por falhar em cooperar com a Ucrânia na investigação, identificação e prevenção dos ilícitos de financiamento de terrorismo conforme definidos pelo Art. 2, cometidos por vários oficiais, organizações e cidadãos russos.

O Art. 8(1) da CISFT prevê que "cada Estado-Parte deve tomar as medidas apropriadas, de acordo com seus princípios legais internos, para a identificação, detecção e congelamento ou apreensão de fundos usados ou alocados com o propósito de cometer os ilícitos dispostos no Art. 2". É notável, contudo, que o angariamento de fundos no território da Federação Russa para entidades e indivíduos responsáveis por atos terroristas na Ucrânia, com frequência conduzidos por instituições financeiras públicas, é uma prática recorrente. Apesar de frequentes denúncias e repetidos protestos por parte da Ucrânia, a Federação Russa falhou em honrar suas obrigações de detectar, congelar e apreender tais fundos.

O Art. 9(1) da CISFT prevê que "ao receber informações de que uma pessoa tenha cometido (manifesta ou supostamente) algum dos ilícitos dispostos no Art. 2 possa estar presente em seu território, o Estado-Parte em questão deve tomar as medidas necessárias de direito interno para investigar os fatos contidos na informação". Os Arts. 10 e 11 requerem que o Estado-Parte extradite ou processe os transgressores. A Federação Russa repetidamente se recusou a investigar, processar ou extraditar os transgressores em seu território quando notificada pela Ucrânia.

O Art. 12(1) da CISFT prescreve que "os Estados-Parte devem fornecer uns aos outros a maior assistência possível quanto às investigações criminais, procedimentos criminais ou de extradição em respeito aos ilícitos dispostos no Art. 2, incluindo assistência na obtenção de evidências necessárias aos procedimentos e que estejam em suas posses". A Ucrânia requereu a assistência da Federação Russa em

várias investigações criminais, e esta falhou em investigar ou responder adequadamente.

O Art. 18(1) da CISFT dispõe que "Estados-Parte devem cooperar com a prevenção dos ilícitos dispostos no Art. 2 tomando todas as medidas praticáveis . . . para prevenir e enfrentar preparações, em seus respectivos territórios, para a comissão desses ilícitos dentro ou fora de suas fronteiras". Em adição a ser responsável por atos diretos de financiamento do terrorismo em violação a esse artigo, a Federação Russa indiretamente contribuiu para a causa do terrorismo ao não tomar todas as medidas praticáveis para prevenir o financiamento do terrorismo por atores públicos e privados no seu território.

Ao assinar a CISFT, a Federação Russa se comprometeu a cooperar com a prevenção do financiamento do terrorismo, e a dar assistência às investigações e processos do mesmo. Ao invés disso, a Rússia desconsiderou a Convenção, cometendo atos de financiamento do terrorismo, se recusando a impedir o financiamento advindo de seu território, obstruindo investigações e não cooperando e assistindo a Ucrânia de boa-fé conforme requerido pelo direito internacional.

## **V – Pedidos**

A Ucrânia respeitosamente requer à Corte que julgue e declare que a Federação Russa, através de seus órgãos estatais, agentes estatais e outras pessoas e entidades exercendo autoridade governamental, e através de outros agentes atuando sob suas instruções ou sob sua direção e controle, violou suas obrigações perante a CISFT ao:

- a. Fornecer fundos, incluindo contribuições in natura de armas, equipamentos e treinamento, a grupos armados ilegais que conduzem atos de terrorismo na Ucrânia, incluindo a RPD, a RPL, os Partidários de Kharkiv e grupos e indivíduos associados, em violação ao Art. 18/CISFT;
- b. Falhar em tomar medidas apropriadas para a detecção, congelamento e apreensão de fundos usados para assistir grupos armados ilegais que conduzem atos de terrorismo na Ucrânia, incluindo a RPD, a RPL, os Partidários de Kharkiv e grupos e indivíduos associados, em violação aos Arts. 8 e 18/CISFT;
- c. Falhar em investigar, processar ou extraditar perpetradores do financiamento do terrorismo localizados em seu território, em violação aos Arts. 9, 10, 11 e 18/CISFT;

- d. Falhar em fornecer à Ucrânia a maior assistência possível para as investigações criminais do financiamento do terrorismo, em violação aos Arts. 12 e 18/CISFT;
- e. Falhar em tomar todas as medidas praticáveis para prevenir e enfrentar atos de financiamento do terrorismo cometidos por atores russos públicos e privados, em violação ao Art. 18/CISFT.

A Ucrânia respeitosamente requer à Corte que julgue e declare que a Federação Russa é internacionalmente responsável, em virtude do seu patrocínio ao terrorismo e da falha em prevenir o financiamento do terrorismo segundo a Convenção, pelos atos cometidos por seus mandatários na Ucrânia, incluindo:

- a. A derrubada do Voo Malaysian Airlines MH17;
- b. O bombardeio de civis, incluindo os casos de Volnovakha, Mariupol e Kramatorsk;
- c. O bombardeio de civis, incluindo o caso de Kharkiv.

A Ucrânia respeitosamente requer à Corte que ordene a Federação Russa a cumprir suas obrigações dispostas na CISFT, incluindo que a Federação Russa:

- a. Imediata e incondicionalmente cesse e desista de todo apoio, incluindo o suprimento de finanças, armas, equipamento e treinamento, aos grupos armados ilegais que conduzem atos terroristas na Ucrânia, incluindo a RPD, a RPL, os Partidários de Kharkiv e grupos e indivíduos associados;
- b. Imediatamente tome todas as medidas para garantir que os aparatos fornecidos a tais grupos seja removido da Ucrânia;
- c. Imediatamente exerça o controle apropriado da fronteira com a Ucrânia para prevenir atos futuros de financiamento do terrorismo, incluindo o fornecimento de armas, do território da Federação Russa para o território da Ucrânia;

- d. Imediatamente pare a movimentação de finanças, armas e todos os outros bens do território da Federação Russa e Crimeia ocupada para os grupos armados ilegais que conduzem atos terroristas na Ucrânia, incluindo a RPD, a RPL, os Partidários e Kharkiv e grupos e indivíduos associados, inclusive pelo congelamento de contas bancárias usadas para apoiar tais grupos;
- e. Imediatamente previna os oficiais russos de financiarem o terrorismo na Ucrânia, incluindo Sergei Shoigu, Ministro da Defesa da Federação Russa; Vladimir Zhirinovsky, Vice-Presidente do parlamento; Sergei Mironov, membro do Parlamento; e Gennadiy Zyuganov, membro do Parlamento, e inicie processos contra esses e outros atores responsáveis pelo financiamento do terrorismo;
- f. Imediatamente coopere totalmente com a Ucrânia, em todos os pedidos pendentes e futuros por assistência na investigação e interdição do financiamento do terrorismo relativamente aos grupos armados ilegais que conduzem atos de terrorismo na Ucrânia, incluindo a RPD, a RPL, os Partidários e Kharkiv e grupos e indivíduos associados.
- g. Pague reparação total pela derrubada do Voo Malaysian Airlines MH17;
- h. Pague reparação total pelo bombardeio de civis em Volnovakha;
- i. Pague reparação total pelo bombardeio de civis em Mariupol;
- j. Pague reparação total pelo bombardeio de civis em Kramatorsk;
- k. Pague reparação total pelo bombardeio de civis em Kharkiv;
- l. Pague reparação total por todos os outros atos de terrorismo que a Federação Russa tenha causado, facilitado ou apoiado através do financiamento do terrorismo e falha em prevenir ou investigar o financiamento do terrorismo.



[...]